

VIDA POLÍTICA RIO-GRANDENSE NO SÉCULO XIX

Maria Lúcia de Souza Rangel RICCI

Abrindo a série "Síntese Rio-Grandense", louvável iniciativa da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, o estudo da Prof^ª Helga Iracema Landgraf Piccolo sobre a **Vida Política no século 19** aborda, com propriedade, momentos expressivos da história do Rio Grande do Sul - desde a descolonização até o movimento republicano - enfatizando os interesses expansionistas dos Bragança para a Banda Oriental. Mas foi na estruturação da sociedade rio-grandense que praticamente a Prof^ª Helga centrou sua criteriosa análise, salientando as limitações impostas pelo Primeiro Reinado, verificando como as elites regionais atuaram, apontando, àquela conjuntura, como fora restrita a participação política de seus vários segmentos sociais, a tal ponto que "às elites regionais não se concedeu o direito de interferir na escolha dos presidentes de província que continuaram a ser de nomeação do governo central e, portanto, identificados com a facção política nele dominante" (p. 35).

Nem mesmo a Revolta dos Farrapos, onde a participação de grandes proprietários foi significativa, mostrou-se suficiente para organizar o poder privado regional, mesmo porque não interessava a essa elite alterar as relações sociais e o tipo de dominação vigentes, pretendendo antes, afirmar (re) seu poderio político-econômico-social. Todavia, como salienta a A. "a Guerra dos Farrapos ficaria no imaginário da elite dirigente brasileira como a possibilidade sempre presente de um novo levante no Rio Grande do Sul" (p. 50).

Foi tão somente quando dos liberais no poder - 1878/1885 - momento em que assumiram seu caráter conservador, que os

republicanos conseguiram espaço no Rio Grande do Sul para a fundação (em 1882) do Partido Republicano Rio-Grandense; nessa oportunidade, nem mesmo a chamada "aliança gasparista" conseguiu impedir a articulação republicana.

Afirma-nos ainda a A. que o "movimento republicano alimentou-se do monarquismo dos liberais que defendiam os interesses da economia tradicional do Rio Grande do Sul, de base pecuarista" (p. 63). Todavia, em decorrência da imigração ocorrera já uma diversificação econômico-social na Província, o que facilitou a ação para o Partido Republicano no que tangia as mudanças político-institucionais, muito embora o percentual de ativistas republicanos, em todo o processo, fosse menos significativo se comparado com o dos liberais.

Em verdade, a República no Rio Grande do Sul, como em todo o restante do Brasil, sentiu a influência do Manifesto de 1870, sem dúvida com pinceladas liberais em sua concepção, mas, não deixou, por outro lado, de trilhar preceitos positivistas, dos quais, só para lembrar, a concepção comtiana de que a ordem era fundamental para o progresso, revelando, então, seu caráter também conservador, impossibilitando, desta forma, que o povo passasse a interferir nos assuntos de governo, que o analfabetismo fosse minimizado, sem, enfim, oferecer um tratamento digno aos problemas sociais, o que impediu a construção plena da cidadania.

Finalmente queremos dizer que o presente trabalho impõe-se à historiografia brasileira, pois, além de oferecer boa bibliografia, linguagem clara e objetiva, estilo agradável, abre caminhos para uma rediscussão da história política rio-grandense.